

Planalto reage: Fogaça propõe presidencialismo

CIDA FONTES

Ane pag 3

13 MAI 1987

O GLOBO

BRASÍLIA — O Presidente José Sarney não recebeu com simpatia a proposta de parlamentarismo feita pelo Relator da Subcomissão do Poder Executivo, Senador José Fogaça. Ele revelou a um assessor que a sugestão torna ainda mais forte o sistema presidencialista, dando facilidades extrenas ao Presidente de dissolver a Câmara dos Deputados.

Assim que examinou a proposta de Fogaça, que já conta com o apoio das Lideranças do PMDB, o Presidente, segundo o assessor, concluiu que, na

verdade, ela defende um presidencialismo disfarçado com tintas parlamentaristas, porém mais forte. Exemplo disso é a liberdade que o Presidente da República terá para dissolver a Câmara se houver rejeição de dois nomes indicados para Primeiro-Ministro.

Outro ponto do parecer que foi criticado no Palácio do Planalto diz respeito ao fato de os novos Deputados, eleitos após a dissolução da Câmara, continuarem o mandato dos eleitos inicialmente. O Presidente Sarney entende, segundo o assessor, que a dissolução do Parlamento só deve

ocorrer no primeiro ou no último ano da Legislatura e que os novos Deputados devem cumprir o mandato integral.

Os principais assessores do Presidente Sarney concluíram também que a proposta de Fogaça mantém um vício do presidencialismo, que não existe nos sistemas parlamentaristas: a figura do Vice-Presidente da República. Foi considerada insignificante a criação do Conselho Constitucional como uma única finalidade: dizer que é constitucional ou não uma lei votada pelo Congresso, antes de ser promulgada.

O modelo idealizado por Sarney,

que foi apresentado ao Deputado Ulysses Guimarães e ao Ministro Aureliano Chaves, dá ao Presidente da República o poder de nomear, além do Primeiro-Ministro, os Ministros militares. Sarney, entretanto, ainda não tem uma posição definida sobre se na dissolução do Parlamento deve ser incluído também o Senado Federal. Ele gostou da proposta de Fogaça quando dá aos Senadores o poder de suspender a censura a um determinado Ministro, devolvendo o pedido à Câmara dos Deputados, o que proporcionaria a abertura de negociações.

Relator argumenta que não conseguiu definição

BRASÍLIA — A falta de uma definição do Presidente José Sarney sobre a duração de seu mandato foi o que levou o Senador José Fogaça (PMDB-RS) a fixá-lo em quatro anos, depois de uma consulta a 88 parlamentares, que revelou ser essa a tendência da bancada peemedebista na Constituinte. Fogaça diz que chegou a fazer uma consulta informal ao Presidente, através do Senador José Richa, mas não obteve qualquer resposta.

— Eu estava disposto a acatar a vontade do Presidente, caso ele dissesse o que desejava — informou o Relator da Subcomissão do Poder Executivo, acrescentando que acabou propondo mandato de quatro anos para todos os Presidentes. Ele acredita que seu relatório foi favorável a Sarney, pois serviu para estan-

car o movimento parlamentar em favor das diretas-já.

O Senador também admitiu que os quatro anos que propôs são apenas o ponto de partida para as negociações que se desencadearão a partir de agora. "Uma simples emenda pode ampliar esse prazo para cinco anos", explicou. Ele ainda não sabe como votará no plenário da Constituinte.

— Se a Executiva Nacional do PMDB, por exemplo, disser que o mandato deve ser de cinco anos, é assim que votarei — andiantou.

O que não deve ser alterado no relatório "é o arcabouço geral do projeto", no qual Fogaça prevê, segundo suas próprias palavras, "uma espécie de neo-parlamentarismo" onde o Governo é da responsabilidade do

Congresso mas o Presidente da República mantém uma forte somatória de poderes, como o de iniciar e encerrar o processo legislativo.

O parecer do Senador José Fogaça receberá emendas na Subcomissão do Poder Executivo até o próximo dia 18, quando retornará às suas mãos para a elaboração do relatório final. Esse novo parecer, que na essência não deve ser muito diferente do atual, mas pode trazer novidades como um novo prazo de mandato para o Presidente da República, será submetido à votação definitiva da Subcomissão no máximo até o próximo dia 25. Depois disso, ainda será objeto de deliberação das Comissões de Organização dos Poderes e Sistema de Governo e a de Sistematização, antes de finalmente ser votado no plenário da Constituinte.